

VOL. II - Nº 4 - Octubre/Diciembre 2016
ISSN 0719 - 5729

CUERPO DIRECTIVO

Director

Juan Luis Carter Beltrán

Universidad de Los Lagos, Chile

Editor

Juan Guillermo Estay Sepúlveda

Universidad de Los Lagos, Chile

Editores Adjuntos

Javier Mariscal Vega

Observatorio del Deporte ODEP, Chile

Roberto Sáez Lafourcade

Observatorio del Deporte ODEP, Chile

Secretario Ejecutivo y Enlace Investigativo

Héctor Garate Wamparo

Universidad de Los Lagos, Chile

Cuerpo Asistente

Traductora: Inglés – Francés

Pauline Corthorn Escudero

Asesorías 221 B, Chile

Traductora: Portugués

Elaine Cristina Pereira Menegón

Asesorías 221 B, Chile

Diagramación / Documentación

Carolina Cabezas Cáceres

Asesorías 221 B, Chile

Portada

Felipe Maximiliano Estay Guerrero

Asesorías 221 B, Chile

COMITÉ EDITORIAL

Mg. Adriana Angarita Fonseca

Universidad de Santander, Colombia

Lic. Marcelo Bittencourt Jardim

CENSUPEG y CMRPD, Brasil

Mg. Yamileth Chacón Araya

Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Dr. Óscar Chiva Bartoll

Universidad Jaume I de Castellón, España

Dr. Miguel Ángel Delgado Noguera

Universidad de Granada, España

Dr. Jesús Gil Gómez

Universidad Jaume I de Castellón, España

Ph. D. José Moncada Jiménez

Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Mg. Aysel Rivera Villafuerte

Secretaría de Educación Pública SEP, México

Mg. Jorge Saravi

Universidad Nacional La Plata, Argentina

Comité Científico Internacional

Ph. D. Víctor Arufe Giraldez

Universidad de La Coruña, España

Ph. D. Juan Ramón Barbany Cairo

Universidad de Barcelona, España

Ph. D. Daniel Berdejo-Del-Fresno

England Futsal National Team, Reino Unido

The International Futsal Academy, Reino Unido

Dr. Antonio Bettine de Almeida

Universidad de Sao Paulo, Brasil

Dr. Oswaldo Ceballos Gurrola
Universidad Autónoma de Nuevo León, México

Ph. D. Paulo Coêlho
Universidad de Coimbra, Portugal

Dr. Paul De Knop
Rector Vrije Universiteit Brussel, Bélgica

Dr. Eric de Léséleuc
INS HEA, Francia

Mg. Pablo Del Val Martín
*Pontificia Universidad Católica del Ecuador,
Ecuador*

Dr. Christopher Gaffney
Universität Zürich, Suiza

Dr. Marcos García Neira
Universidad de Sao Paulo, Brasil

Dr. Misael González Rodríguez
Universidad de Ciencias Informáticas, Cuba

Dra. Carmen González y González de Mesa
Universidad de Oviedo, España

Dr. Rogério de Melo Grillo
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Dra. Ana Rosa Jaqueira
Universidad de Coimbra, Portugal

Mg. Nelson Kautzner Marques Junior
Universidad de Rio de Janeiro, Brasil

Ph. D. Marjeta Kovač
University of Ljubljana, Slovenia

Dr. Amador Lara Sánchez
Universidad de Jaén, España

Dr. Ramón Llopis-Goic
Universidad de Valencia, España

Dr. Osvaldo Javier Martín Agüero
Universidad de Camagüey, Cuba

Mg. Leonardo Panucia Villafañe
Universidad de Oriente, Cuba
Editor Revista Arranca

Ph. D. Sakis Pappous
Universidad de Kent, Reino Unido

Dr. Nicola Porro
*Universidad de Cassino e del Lazio
Meridionale, Italia*

Ph. D. Prof. Emeritus Darwin M. Semotiuk
Western University Canada, Canadá

Dr. Juan Torres Guerrero
Universidad de Nueva Granada, España

Dra. Verónica Tutte
Universidad Católica del Uruguay, Uruguay

Dr. Carlos Velázquez Callado
Universidad de Valladolid, España

Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio
Universidad Católica de Brasilia, Brasil
*Editora da Revista Brasileira de Ciência e
Movimento – RBCM*

Dra. María Luisa Zagalaz Sánchez
Universidad de Jaén, España

Dr. Rolando Zamora Castro
Universidad de Oriente, Cuba
Director Revista Arranca

Asesoría Ciencia Aplicada y Tecnológica:
CEPU – ICAT
Centro de Estudios y Perfeccionamiento
Universitario en Investigación
de Ciencia Aplicada y Tecnológica
Santiago – Chile

Indización

Revista ODEP, indizada en:



CENTRO DE INFORMACION TECNOLOGICA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL, EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO INFANTIL:
O QUE PENSAM OS DOCENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DO MUNÍCIPIO DE CAÉM-BAHIA**

**POLÍTICAS EDUCATIVAS EN TORNO A LA EDUCACIÓN FÍSICA Y LA EDUCACIÓN INFANTIL:
PENSAMIENTO DE LOS EDUCADORES DE EDUCACIÓN INFANTIL DEL MUNICIPIO DE CAÉM-BAHÍA**

Dr. © Michael Daian Pacheco Ramos

Universidade do Estado da Bahia, Brasil
michaeluneb@gmail.com

Lic. Gleiciane da Silva Lacerda

Universidade do Estado da Bahía, Brasil
gleicy_avril@hotmail.com

Fecha de Recepción: 20 de septiembre de 2016 – **Fecha de Aceptación:** 29 de octubre de 2016

Resumo

Este artigo tem como objeto a percepção dos docentes sobre a Política Educacional, a Educação Física e a Educação Infantil. Nosso objetivo foi analisar o que pensam os docentes de escolas públicas do município de Caém-Bahia sobre a Política educacional, a Educação Física e a Educação Infantil. A pesquisa foi pautada sobre os pressupostos de uma abordagem qualitativa, explicativa e um estudo de campo. Utilizamos a entrevista semi-estruturada e a análise de conteúdo para a coleta e análise dos dados respectivamente. Neste estudo, tivemos oito (8) professores(as) das escolas públicas de Educação Infantil do município de Caém-Bahia que colaboram com a pesquisa.

Palavras-Chaves

Movimento – Educação Infantil – Educação Física

Resumen

Este artículo versa sobre la percepción de los profesores ante las políticas educativas en Educación Física y Educación Infantil. Nuestro objetivo fue analizar lo que piensan los maestros de escuelas públicas en el municipio de Caém-Bahía sobre la política educativa, Educación Física y Educación Infantil. La investigación se basa en los supuestos de un enfoque cualitativo, explicativo y un estudio de campo. Se utilizó entrevistas semiestructuradas y análisis de contenido para la recogida y análisis de datos, respectivamente. En este estudio, hemos tenido ocho (8) maestros (as) de las Escuelas Públicas de Educación Infantil en el municipio de Caém-Bahía que colaboran con la investigación.

Palabras Claves

Movimiento – Educación infantil – Educación Física

Introdução

Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV em Jacobina-Bahia. Tem como objeto de estudo e reflexão sobre a percepção dos docentes sobre a Política Educacional, a Educação Física e a Educação Infantil.

Na busca de materializar um pouco mais esta etapa em que estamos discutindo, iremos apresentar alguns dados, de acordo com o Censo Escolar do ano de 2014 sobre a situação da Educação Infantil.

No Brasil, segundo o Censo Escolar¹ do ano de 2014, existem 85.517 escolas públicas de Educação Infantil em atividade. O Estado da Bahia dispõe de 11.005 estabelecimentos de ensino, ou seja, cerca de 12,9% dessas escolas estão na Bahia. Sabemos que esse quantitativo não representa a necessidade para a universalização da educação escolar, contudo representa um avanço quando comparados a dados de outros anos. Temos o entendimento que ainda necessitamos de mais creches e pré-escolas para efetivarmos uma das metas do Plano Nacional de Educação² que é a universalização da educação escolar.

Em específico no município de Caém, que é nosso foco de estudo, há 11 escolas de Educação Infantil, destas: a) 3 são creches (1 situada na área urbana e 2 na área rural e b) 8 pré-escolas (1 na área urbana e 7 na área rural). Identificamos que em Caém há um número maior de estabelecimento na zona rural do que na zona urbana. Este dado não representa a tônica dos estabelecimentos de ensino pelo Brasil, embora entendemos que isto representa uma boa perspectiva, pois favorece que a criança desenvolva seus estudos em um espaço próximo da localidade onde reside.

Neste trabalho investigamos somente as escolas públicas do município, fizemos essa opção devido às questões de ordem política, burocrática, administrativa e pedagógica. Dessa forma, todo o município de Caém possui 24 professores da rede municipal e 2 da rede privada. Totalizando 26 professores em todo município que trabalham com a Educação Infantil. Deste total, 16 encontra-se em estabelecimento de ensino na zona rural e 10 na zona urbana³.

Desses professores que fazem parte da rede pública, há uma quantidade considerável de docentes que não possui nível superior. Cerca de 26,9% possuem o ensino superior completo, outros 53,8% possuem o Magistério/Ensino Médio Normal. Já 11,5% possui o superior incompleto, 3,8% o ensino médio e 3,8% o ensino fundamental completo⁴.

Em relação a formação dos professores que possuem nível superior, apenas um (1) deles tem pós-graduação. Em relação a formação continuada identificamos que somente um (1) de toda rede de Caém (pública e privada) apresenta em processo de formação continuada⁵.

¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Censo Escolar. (Brasília, 2014).

² Brasil, Plano Nacional de Educação (2014-2024) (Brasília, 2014).

³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar...

⁴ Cultiveduc, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁵ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar...

Sobre o perfil de idade desses professores, identificamos, assim como aponta as pesquisas em âmbito nacional, que a maioria dos professores são do sexo feminino e tem entre 40-49 anos⁶.

Sobre a relação disciplina ministrada e a área de formação percebe-se que apenas dois (2) professores possuem formação na área de pedagogia e todos os demais outras formações.

Portanto, ponderamos que estes são dados são pertinentes para compreender a estrutura da Educação Infantil do município de Caém.

Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário saber: Como a Educação Física, através do Eixo Movimento vem se materializando na Educação Infantil? Quem são os profissionais que vem tratando do Eixo Movimento na Educação Infantil? As escolas de Educação Infantil estão pautadas nas Diretrizes Curriculares, na Política Nacional e nos Referências Curriculares para a Educação Infantil?

Dessa forma, a partir das problemáticas levantadas acima, este trabalho tem o seguinte problema: qual a percepção dos docentes do município de Caém-Bahia quanto a Política Educacional, a Educação Infantil e a Educação Física?

O presente trabalho objetivou de forma geral compreender a percepção dos docentes do município de Caém-Bahia quanto a política educacional, a educação infantil e a Educação Física.

MEtodologia

Quanto a metodologia, entendemos que este estudo foi pautado nas ideias de Demo⁷, e baseia-se no Materialismo Histórico-Dialético, Triviños⁸. Se pauta nos pressuposto da pedagogia Histórico-Crítica⁹ e na abordagem Crítico-Superadora¹⁰.

Quanto a sua natureza esta pesquisa foi de caráter qualitativo, de acordo Minayo¹¹. Quanto aos objetivos realizamos uma pesquisa de caráter explicativo de acordo com Gil¹² e quanto ao seu procedimento realizamos uma pesquisa de campo de acordo com Marconi e Lakatos¹³.

A pesquisa foi realizada no município de Caém-Bahia nas instituições escolares públicas de Educação Infantil situadas na zona urbana e rural.

⁶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar...

⁷ Pedro Demo, Introdução à metodologia da ciência (São Paulo: Atlas, 1985).

⁸ Augusto Triviños, Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação (São Paulo: Atlas, 2011).

⁹ Dermeval Saviani, Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações (Campinas: Autores Associados, 2009).

¹⁰ Coletivo de autores, Metodologia do ensino da Educação Física (São Paulo: Cortez, 2009).

¹¹ Cecília Minayo, Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade. (Petrópolis: Vozes. 2007).

¹² Antônio Carlos Gil, Como elaborar projeto de pesquisa. (São Paulo: Atlas, 2002).

¹³ Marina Marconi y Evan Lakatos, Fundamentos de metodologia científica (São Paulo: Atlas, 2002).

Selecionamos 1 creche e 1 pré-escola na zona urbana e 1 creche e 1 pré-escola na zona rural. Nossos critérios de seleção destes espaços foram aquelas instituições com o maior número de alunos matriculados.

A pesquisa foi realizada com os professores da Educação Infantil da rede municipal de educação da cidade de Caém. Foram selecionados dois (2) professores da creche e dois (2) professores da pré-escola da área urbana e dois professores da creche e dois professores da pré-escola da área rural do município. Totalizando oito (8) docentes entrevistados.

O instrumento de coleta de dados foi o questionário com perguntas abertas e de múltipla escolha, também foi aplicado o pré-teste para verificar possíveis falhas e validar o questionário¹⁴.

Os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

O instrumento utilizado para análise dos dados foi a análise do conteúdo, pois para Marconi e Lakatos¹⁵ “A análise de conteúdo tem a finalidade de descrever, sistematicamente, o conteúdo das comunicações”, sendo assim, julgamos ser a mais apropriada para a pesquisa em questão.

Desta forma, garantimos o critério de cientificidade na interpretação dos dados da realidade de forma adequada.

A educação infantil: histórico, aspectos legais e apontamentos introdutórios

A história da Educação Infantil tem seus primeiros passos ainda na Idade Média com a criação de espaços reservados para poucos clérigos de diferentes idades, estes locais com o passar do tempo começaram a ser chamados de escolas e colégios e destinavam-se a formação moral e intelectual, isolando as crianças e separando-as dos adultos, muitos moravam em regime de pensão com os mestres ou padres e pouco conviviam com a família, firmava-se com estes um contrato de aprendizagem como forma de compromisso com a mesma¹⁶.

Segundo Ariès¹⁷ a instituição escolar evoluiu com o passar dos séculos, os colégios que eram tidos com asilos para pobres no século XIII passaram a ser instituições de ensino com o propósito de vigiar e enquadrar a juventude, assim, a mistura de idades tornou-se um fator a ser levado em consideração para favorecer as crianças. Então, a partir do século XV, os grupos foram divididos por capacidade, cada um com seu mestre, mas ainda mantidos em um mesmo local, posteriormente estes foram separados em salas diferentes por grau, isso fez com que ainda permanecesse nas turmas alunos com idades muito diferentes. Contudo, foi um passo importante para se compreender que a infância tinha suas particularidades e que cada grupo deveria ter o mestre que ensinasse de acordo o nível do aluno.

¹⁴ Marina Marconi y Evan Lakatos. Fundamentos de metodologia científica...

¹⁵ Marina Marconi, Evan Lakatos. Fundamentos de metodologia científica...130.

¹⁶ Philipe Ariès, História Social da Criança e da Família (Rio de Janeiro: LTC, 1981).

¹⁷ Philipe Ariès. História Social da Criança e da Família...

A divisão das classes escolares por idade só se concretizou porque percebeu-se por meio de análises e estudos que existia relação entre elas e necessitou-se na formação pedagógica de métodos idênticos¹⁸.

Sabendo que apenas ingressavam na escola, alunos com dez anos de idade, as crianças mais novas ficavam excluídas. Sendo assim, foi necessário distinguir a infância, ficando dividida em primeira infância que termina com cinco a seis anos, porém só a partir dos dez anos de idade poderia entrar para a escola de gramática e a segunda infância escolar que se iniciava a partir desta faixa. Somente a partir do século XIX sentiu-se a necessidade de separação da segunda infância com as demais fases e se concretizou a distinção de idades por classes. Desta forma, a infância passou a ser dividida em idades de cinco a sete e dez a onze anos e a partir daí iniciou-se uma nova concepção de educação, a preparação da criança para a vida adulta¹⁹.

Além da divisão das classes para o colégio, também se dividiu o ensino, os pobres dos ricos. Os escolares eram comparados aos soldados e mendigos, homens livres que viviam fora da lei, existia uma desconfiança por parte das pessoas que dispunham de algum bem, para com estas classes, por esse motivo, pensou-se na separação da criança que seria educada partindo de uma nova noção de moral, ideia defendida pela classe da elite (legistas, padres ou moralistas), do adulto que levava uma vida boêmia, sem lei, pertencente a camada popular. Assim sendo, as escolas não mais passaram a ser frequentadas por todos, até mesmo alguns jovens nobres ignoravam a escolarização, as mulheres também era excluídas²⁰.

Conforme Kishimoto²¹ a primeira creche foi criada em Paris em 1844, com a finalidade de cuidar dos filhos das mães que necessitavam trabalhar. No Brasil, assim como no restante do mundo, as creches se confundiam com asilos para pobres, o atendimento nestas instituições no início da República era basicamente para crianças órfãs e filhos de indigentes, dessa forma, se pareciam com asilos infantis e não tinham caráter educativo.

Partindo desse entendimento, a criação das creches e pré-escolas no Brasil foi fortemente influenciada pela organização Francesa.

Corroborando com as afirmações anteriores Pasqualini²² aponta que as instituições de pré-escola foram criadas com a finalidade de cuidar das crianças pobres, pois, como as mulheres tornaram-se importantes para a força de trabalho, as crianças acabavam ficando nas ruas. Esse movimento é acarretado pela consequência do modo de produção capitalista que de acordo Lombardi²³, fez com que as famílias trabalhadoras tivessem que se preocupar com o cuidado das crianças para poder ficar livres para o trabalho, então os espaços destinados ao cuidado das crianças não tinham função educativa, serviam apenas

¹⁸ Philipe Ariès, História Social da Criança e da Família...

¹⁹ Philipe Ariès, História Social da Criança e da Família...

²⁰ Philipe Ariès, História Social da Criança e da Família...

²¹ Tisudo Kishimoto, A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940) (São Paulo: Edições Loyola: 1988).

²² Juliana Pasqualini, Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva histórico-cultural: um estudo a partir da prática do professor (Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010).

²³ José Lombardi, Notas sobre a educação da infância numa perspectiva marxista. In: Ana Carolina Marsiglia (Org.). Infância e pedagogia histórico-crítica (Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013).

para mantê-las em um lugar sob os cuidados de qualquer trabalhador despreparado para tal enquanto seus pais, especialmente as mães, estivessem trabalhando.

Nesta perspectiva, o processo histórico da Educação infantil no Brasil, diferentemente dos países europeus, foi fortemente marcado pelo assistencialismo e posteriormente pela escolarização. Somente com muita reivindicação e luta da classe trabalhadora conseguiu-se transformar aos poucos as instituições para a educação das crianças. Então, somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9394/96 a Educação Infantil passou a ser considerada um direito da criança, para tal, houve um longo processo de transformações, de espaços, nomenclaturas houveram muitos debates políticos porém, há muitos desafios a serem superados na organização do trabalho pedagógico nestas instituições.

Neste sentido a legislação deve não somente garantir o direito da criança à educação, mas também precisa acompanhar, caminhar lado a lado com a realidade das crianças brasileiras para que de fato a educação ofertada seja de qualidade e rompa com as desigualdades sociais, estudos como o de Pasqualini²⁴ e Pascoal e Machado²⁵ apontam para tal necessidade.

A Educação Infantil e a educação de uma maneira geral vem passando por avanços ao logo da história e isto se deve ao fato da importância da elaboração de documentos que formam a base legal em defesa da qualidade das mesmas. A LDB 9394/96 pioneira, assim como a constituição, na contribuição de conquistas significativas para a educação aborda em seu artigo primeiro que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais²⁶.

Com isto, a lei coloca que não somente a escola tem a missão de educar por meio do saber sistematizado em instituições destinadas para este fim, mas muitas outras instituições também são responsáveis pela educação de forma geral e seu fim é: “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”²⁷. Entende-se, portanto, que a educação deve estar voltada para a formação do ser humano capaz de desempenhar seus deveres e direitos na sociedade e está preparado para o mudo do trabalho.

Sobre a obrigatoriedade da educação, como estabelecida pela constituição a LDB 9394/96 reza que a:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 dezesete anos de idade, organizada da seguinte forma:

²⁴ Juliana Pasqualini, Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva histórico-cultural: um estudo a partir da prática do professor (Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010).

²⁵ Jaqueline Pascoal y Maria Machado, A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos, e Desafios desta Modalidade Educacional (Campinas, 2009).

²⁶ Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasília: 1996).

²⁷ Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional...

- a) pré-escola;
 - b) ensino fundamental;
 - c) ensino médio;
- II - educação infantil gratuita às crianças de até cinco anos de idade;²⁸

De acordo a obrigatoriedade citada acima se observa que houve uma mudança em relação às mesmas no que diz respeito a idades e etapas, estas foram alteradas por novas leis e o que antes era obrigatório somente a partir dos seis até os dezessete com o atendimento em creches gratuito até os seis anos, passou a ser obrigatória de quatro aos dezessete com Educação Infantil gratuita até os quatro anos de idade. As etapas supracitadas compõem a educação básica, os currículos de cada uma dessas modalidades segundo o artigo 26 devem ter base nacional comum²⁹.

Anteriormente à alteração na redação da Lei, a matrícula era obrigatória apenas a partir dos sete anos de idade no ensino fundamental, atualmente como coloca o artigo sexto: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade”³⁰. Dessa forma, com esta alteração os pais são obrigados a matricular os filhos na escola a partir desta idade ainda na primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil.

Em sequência, além da LDB 9394/96, outros documentos foram importantes para os avanços na educação da criança. Dentre eles, como já citado na nossa introdução, adentraremos mais detalhadamente ao documento Política Nacional de Educação Infantil que traz as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o ensino da Educação Infantil³¹. Este documento apresenta como principais objetivos:

[...] a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil³².

Estes objetivos são almejados porque o número de matrículas nesta etapa da educação era considerado baixo.

Como objetivos são estabelecidos os seguintes: a integração da Educação Infantil aos sistemas de ensino com autorização e credenciamento, o fortalecimento das relações família e escola, garantia do acesso à crianças com necessidades educacionais especiais, garantia de recursos para o funcionamento de qualidade, elaboração e implementação de projetos políticos pedagógicos, garantia de valorização, programas de formação continuada dos professores e professoras valorização dos profissionais que trabalham na Educação Infantil³³.

²⁸ Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional...

²⁹ Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional...

³⁰ Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional...

³¹ Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional...

³² Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional...

³³ Brasil, Política Nacional para a Educação Infantil (Brasília: 2006).

Ainda sobre a Política Nacional, metas são definidas pra que se possa ter uma garantia da qualidade da educação, espera-se integrar as instituições de Educação Infantil, estabelecer programas de orientação para os pais, aumentar a quantidade de matriculados, assegurar a aplicação dos 10% do recurso do Fundef na Educação Infantil, divulgar os parâmetros, a avaliação, os padrões de infraestrutura, para servir de referência de supervisão para uma melhoria na qualidade da Educação Infantil, realizar estudos sobre os custos, extinguir cargos de pessoas que não tenham formação mínima exigida para docente e executar programas de formação em serviço para que cada vez mais possa se capacitar os docentes para o trabalho educativo com as crianças³⁴.

As estratégias apresentadas no documento para alcançar metas e objetivos são: contribuir por meio de parcerias para o fortalecimento da integração das instituições de Educação Infantil, apoiar a construção de políticas para a formação de equipe técnica para construção dos Planos municipais e estaduais de Educação, acompanhar e supervisionar o funcionamento das instituições, apoiar formação de professores, funcionários e família, garantir a participação financeira na União, implementar conselhos para conseguir a participação de toda a comunidade escolar principalmente a participação da família, realizar eventos destinados ao avanço e atualização na área da Educação Infantil, definir parâmetros e elaborar padrões de qualidade, consolidar a Comissão de Avaliação, garantir a gestão democrática, a ajuda financeira para construção e reforma e aquisição de equipamentos, mobiliário, brinquedos e livros, realizar o Prêmio Qualidade na Educação Infantil, elaborar e discutir documentos legais, elaborar e implementar a Política Nacional de Formação de Leitores, produzir e distribuir a Revista Criança para profissionais da área, implementar o Proinfantil, programa de formação inicial para professores, formação continuada e especializações para garantir a especificidade da Educação Infantil, bem como formação para os demais trabalhadores que atuam nesta etapa, articular a Educação Infantil com o Ensino Fundamental e a Política Nacional com os Fóruns e outras organizações da área³⁵.

Enfim, apresentamos de forma sintética o que o documento Política Nacional de Educação Infantil estabelece para a melhoria da qualidade da Educação Infantil e em seguida faremos as considerações sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, tem caráter mandatório, constituem-se na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos para orientar a instituições de Educação Infantil. Este documento adota as definições dos conceitos de Educação Infantil o mesmo definido pela LDB 9394/96, conceito de Criança como sujeito histórico e de direitos, conceito de Currículo como conjunto de práticas, o conceito de Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico como plano orientador elaborado pelo coletivo³⁶.

São estabelecidas normas para ingresso na Educação Infantil, sobre a matrícula e faixa etária exige-se que, é obrigação dos pais matricular na Educação Infantil as crianças que completam quatro ou cinco anos de idade até trinta e um de março do ano em que ocorrer a mesma e após esta data a matrícula para a crianças de seis anos deve ser feita no Ensino Fundamental sendo que a frequência não é pré-requisito para a matrícula no

³⁴ Brasil, Política Nacional para a Educação Infantil...

³⁵ Brasil, Política Nacional para a Educação Infantil...

³⁶ Brasil, Diretrizes Nacionais da Educação Infantil (Brasília: 2010).

mesmo e as vagas devem ser ofertadas nas instituições mais próximas da casa da criança³⁷.

Sobre a jornada exige-se que é de no mínimo quatro horas diárias para tempo parcial e sete horas ou mais para tempo integral³⁸.

As propostas pedagógicas, segundo as diretrizes devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos devem garantir que as instituições cumpram sua função sociopolítica e pedagógica e ofereçam condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais, compartilhem e complementem a responsabilidade de educar e cuidar das crianças para que através da convivência os saberes possam ser ampliados com igualdade de oportunidades para todas as crianças, que tenham compromisso com a ludicidade, democracia, sustentabilidade e rompa relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística, e religiosa³⁹.

Os eixos norteadores das práticas pedagógicas são as interações e a brincadeira. Eles devem garantir experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo, favoreçam a imersão nas diferentes linguagens, possibilitem experiências narrativas, recriem em contextos significativos, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais, ampliem a confiança e a participação nas atividades individuais e coletivas, possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia nas ações do cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar, possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, incentivem a curiosidade, exploração, encantamento, questionamento, indagação e o conhecimento em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza, promovam o relacionamento e a interação com diversificadas manifestações, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, possibilitem utilização de recursos tecnológicos e midiáticos. Para tal é fundamental levar em consideração as características e identidades de cada instituição.

Para avaliação do desenvolvimento das crianças e acompanhamento pedagógico não é feita seleção, promoção ou classificação, deve-se garantir a observação crítica e criativa das atividades, brincadeiras e interações no cotidiano, utilizando diversos tipos de registro, uso de documentação específica que permita às famílias conhecerem o trabalho desenvolvido e não deve-se reter as crianças na Educação Infantil.

E para finalizar as ponderações sobre as bases legais faremos alguns apontamentos em relação a construção da Base Nacional Comum Curricular referente ao que a mesma pontua sobre a Educação Infantil.

Neste trabalho iremos nos referir a versão inicial elaborada antes de ser discutida pela sociedade. A Base Nacional Comum Curricular pondera que a Educação Infantil deve romper com os modos de atendimento assistencialista e escolarizante, ela se baseia nas DCNEI para buscar uma melhor qualidade da Educação Infantil. Aborda os três princípios presentes nas DCNEI para guiar a elaboração do projeto pedagógico, são eles: éticos, políticos e estéticos. Coloca seis direitos que devem ser garantidos às crianças, tais como:

³⁷ Brasil, Diretrizes Nacionais da Educação Infantil...

³⁸ Brasil, Diretrizes Nacionais da Educação Infantil...

³⁹ Brasil, Diretrizes Nacionais da Educação Infantil...

conviver com outras crianças e adultos, brincar cotidianamente de diversas formas e com diferentes parceiros, participar com protagonismo das atividades cotidianas, explorar movimentos, gestos, sons, palavras, objetos, histórias, etc., comunicar por meio de diferentes linguagens e compreender o que os outros lhe comunicam, conhecer-se e construir sua identidade pessoal e cultural⁴⁰.

Para que se possa alcançar estes objetivos citados acima, a BNCC aponta que devem ser criadas “experiências de aprendizagem” e propôs que essas aprendizagens se dessem por meio de “campos de experiências”⁴¹.

Os campos de experiência apresentados pela BNCC⁴² são: a) O eu, o outro e o nós; b) Corpo, gestos e movimento; c) Escuta, fala, pensamento e imaginação; d) Traços, sons, cores e imagens; e) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Neste trabalho trataremos apenas no campo que se relaciona com a Educação Física: Corpo, gestos e movimento. Sendo assim, considera o corpo como meio de comunicação da criança com o mundo.

São estabelecidos objetivos de aprendizagem para este campo de experiência, são eles:

- EICGMOA001 Conviver com crianças e adultos em espaços diversos e vivenciar movimentos e gestos que marcam sua cultura, utilizando seu corpo com liberdade e autonomia.
- EICGMOA002 Brincar, utilizando criativamente práticas corporais para realizar jogos e brincadeiras e para criar e representar personagens no faz de conta, no reconto de história, em danças e dramatizações.
- EICGMOA003 Explorar um amplo repertório de mímicas, gestos, movimentos com o corpo, podendo apoiar-se no uso de bolas, pneus, arcos, descobrindo variados modos de ocupação e de uso do espaço com o corpo.
- EICGMOA004 Participar, de modo ativo, de diversas atividades que envolvem o corpo e de atividades de cuidados pessoais, reconhecendo-o, compreendendo suas sensações e necessidades e desenvolvendo autonomia para cuidar de si.
- EICGMOA005 Comunicar corporalmente sentimentos, emoções e representações em diversos tipos de atividades, como no reconto oral de histórias, em danças e dramatizações, nos momentos de banho e de outros cuidados pessoais.
- EICGMOA006 Conhecer-se, reconhecendo, nomeando e valorizando suas características pessoais e corporais e as das outras crianças e adultos, suas capacidades físicas, suas sensações, suas necessidades.⁴³

Para cada campo de experiência são definidos seis objetivos de aprendizagem. Os apresentados acima se referem aos que esperam alcançar com o campo de experiência: Corpo, gesto e movimento. Enfim, apresentamos de forma sucinta os documentos legais que contribuíram para o avanço da Educação Infantil.

⁴⁰ Brasil, Base Nacional Comum Curricular (Brasília: 2015).

⁴¹ Brasil, Base Nacional Comum Curricular...

⁴² Brasil, Base Nacional Comum Curricular...

⁴³ Brasil, Base Nacional Comum Curricular...

O eixo movimento na educação infantil

O Eixo Movimento é um dos objetos de conhecimento, assim como os demais: Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática, presentes no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Este documento representa um avanço para a Educação Infantil, pois busca soluções educativas para superar os modos de atendimento que marcaram a história desta etapa da educação básica. Serve como guia para reflexão de cunho educacional que visa auxiliar os professores no trabalho educativo com a Educação Infantil para crianças de até seis (atualmente cinco) anos de idade.

O Referencial pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos.⁴⁴

O RCNEI está estruturado em três volumes, a saber: a) volume 1 “Introdução”; b) volume 2 “Formação pessoal e social” e c) volume 3 “Conhecimento de mundo”⁴⁵. Abordaremos neste trabalho somente o último volume por tratar do objeto de estudo a ser pesquisado.

O volume 3 trata dos eixos de “Matemática”, “Linguagem oral e escrita”, “Natureza e sociedade”, “Movimento”, “Música” e “Artes visuais”, eixos com a finalidade de orientar o trabalho para construção de diferentes linguagens pelas crianças.

Neste sentido, abordaremos neste estudo o objeto de conhecimento Eixo Movimento, pois entendemos que é o objeto que representa a Educação Física nesta etapa da educação e é por meio deste que os conteúdos da cultura corporal vem sendo tratado.

Então sobre o Eixo Movimento o documento apresenta objetivos, conteúdos e orientações gerais para o professor, de acordo a faixa etária da criança dividindo em: a) primeiro ano de vida, b) de uma a três anos e c) de quatro a seis⁴⁶. Deixa claro que é um elemento primordial na Educação Infantil, pois é por meio dele que as crianças se expressam com o mundo⁴⁷.

Os objetivos e conteúdos para o trabalho com o “Eixo Movimento” segundo o RCNEI (1998) podem ser organizado da seguinte forma:

Sobre os objetivos, a organização da prática educativa deve ser organizada para que alcancem o desenvolvimento as seguintes capacidades para crianças de 0 à 3 anos:

- familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;
- explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- deslocar-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular etc., desenvolvendo atitude de confiança nas próprias capacidades motoras;

⁴⁴ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília: 1998).

⁴⁵ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

⁴⁶ A partir da Lei nº 12. 796, de 2013 a educação Infantil passou a ser ofertada para crianças de até 5 anos de idade.

⁴⁷ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

- explorar e utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para o uso de objetos diversos.⁴⁸

E para as crianças de 0 a 6 (atualmente alterado para 5 anos) anos os objetivos anteriores deverão ser aprofundados e ampliados, para que se garanta a oportunidade para que as crianças consigam:

- ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação;
- explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo;
- controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações;
- utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;
- apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.⁴⁹

Em relação aos conteúdos, o documento coloca que estes devem respeitar as diferentes capacidades nas diferentes faixas etárias. Os conteúdos se organizam em dois blocos: possibilidades expressivas do movimento e o caráter instrumental do movimento.

De acordo o RCNEI as orientações didáticas para crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 estão organizadas em: expressividade e equilíbrio e coordenação.

Para crianças de 0 a 3 anos o que se espera que elas adquiram por meio do bloco expressividade é o seguinte:

- Reconhecimento progressivo de segmentos e elementos do próprio corpo por meio da exploração, das brincadeiras, do uso do espelho e da interação com os outros.
- Expressão de sensações e ritmos corporais por meio de gestos, posturas e da linguagem oral.⁵⁰

Ainda sobre o bloco “Expressividade” mais especificamente as orientações didáticas para crianças de 0 a 3 anos o RCNEI⁵¹ aponta que o professor deverá oportunizar atividades que: 1) destaquem a importância de um espelho na sala para que as crianças possam se ver; 2) envolvam o canto e o movimento, simultaneamente, possibilitando a percepção rítmica e a identificação de segmentos do corpo e o contato físico; 3) desenvolvam as mímicas faciais e gestos, pois possuem um papel importante na expressão de sentimentos e em sua comunicação; 4) conheçam os jogos e brincadeiras e reflitam sobre os tipos de movimentos que envolvem para desenvolverem uma motricidade harmoniosa.

⁴⁸ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

⁴⁹ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

⁵⁰ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

⁵¹ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

No que tange ao bloco “Equilíbrio e Coordenação” espera-se que a criança consiga a:

- Exploração de diferentes posturas corporais, como sentar-se em diferentes inclinações, deitar-se em diferentes posições, ficar ereto apoiado na planta dos pés com e sem ajuda etc.
- Ampliação progressiva da destreza para deslocar-se no espaço por meio da possibilidade constante de arrastar-se, engatinhar, rolar, andar, correr, saltar etc.
- Aperfeiçoamento dos gestos relacionados com a preensão, o encaixe, o traçado no desenho, o lançamento etc., por meio da experimentação e utilização de suas habilidades manuais em diversas situações cotidianas.⁵²

Para as crianças de 4 a 6 os objetivos que se esperam alcançar são os seguintes:

- Utilização expressiva intencional do movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras.
- Percepção de estruturas rítmicas para expressar-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos.
- Valorização e ampliação das possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança.
- Percepção das sensações, limites, potencialidades, sinais vitais e integridade do próprio corpo.⁵³

Anteriormente fizemos as pontuações que o documento apresenta sobre os objetivos e orientações didáticas para as crianças de 0 a 4 anos, a seguir faremos as colocações para as de 4 a 6 (atualmente 5) anos de idade.

De acordo o RCNEI⁵⁴ para crianças de 4 a 6 (de acordo com a nova legislação essa idade será até 5 anos) os conteúdos também estão organizados também em dois tópicos: expressividade e equilíbrio e coordenação.

No bloco “Expressividade” o que se espera que as crianças alcancem é:

- Utilização expressiva intencional do movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras.
- Percepção de estruturas rítmicas para expressar-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos.
- Valorização e ampliação das possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança.
- Percepção das sensações, limites, potencialidades, sinais vitais e integridade do próprio corpo.⁵⁵

E no que se refere as orientações didáticas o professor deve: a) utilizar o espelho pois nessa faixa etária continua sendo importante para construção e afirmação da imagem corporal; b) proporcionar jogos e brincadeiras envolvendo a interação, a imitação e o reconhecimento do corpo; e c) oportunizar vivências de danças, folguedos, brincadeiras de roda e cirandas que, além do caráter de socialização que representam, trazem para a

⁵² Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

⁵³ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

⁵⁴ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

⁵⁵ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

criança a possibilidade de realização de movimentos de diferentes qualidades expressivas e rítmicas.

No bloco “Equilíbrio e Coordenação” espera-se que as crianças consiga alcançar o seguinte:

- Participação em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar etc., para ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo e o movimento.
- Utilização dos recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras dos quais participa.
- Valorização de suas conquistas corporais.
- Manipulação de materiais, objetos e brinquedos diversos para aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.⁵⁶

Sobre as orientações didáticas o professor deve: 1) possibilitar diferentes movimentos que aparecem em atividades como lutar, dançar, subir e descer de árvores ou obstáculos, jogar bola, rodar bambolê etc.; 2) utilizar jogos de regras que são valiosos para o desenvolvimento de capacidades corporais de equilíbrio e coordenação, e também traz a oportunidade, para as crianças, das primeiras situações competitivas, em que suas habilidades poderão ser valorizadas de acordo com os objetivos do jogo, desenvolvendo atitudes de respeito e cooperação tão necessárias; 3) oportunizar brincadeiras e jogos que envolvem a descoberta e a exploração de capacidades físicas e a expressão de emoções, afetos e sentimentos.

Porém, consideramos que o trabalho educativo com o Eixo movimento deve ir além do que orienta o RCNEI. Para o trabalho educativo da Educação Física por meio do Eixo Movimento, defendemos que o jogo é o conteúdo que merece destaque nesta etapa da educação, Mello et al.⁵⁷ defendem que o mesmo deve fazer parte das atividades como uma perspectiva teórico-metodológica onde deve ocupar a maior parte do cotidiano escolar da criança, levando em consideração suas especificidades, pois, como afirma Simão⁵⁸ e Sayão⁵⁹ os interesses e necessidades nesta faixa etária se caracterizam pela brincadeira, ao conviver com crianças podemos perceber que estas brincam para satisfazer uma necessidade que é viver a brincadeira.

Aprendendo sob esses aspectos a criança também se apropria da cultura corporal. E as atividades por meio dela, devem proporcionar as crianças a sua apropriação de forma crítica para que esta possa exercer sua cidadania efetivamente, já que o que aprenderem nessa faixa etária levarão para o resto da vida. Por este motivo, para garantir o trato pedagógico com o Eixo Movimento na Educação Infantil de forma que este possibilite a expressão da criança e seu conhecimento de mundo o mesmo deve ser tratado pelo profissional que mais tem competência para tal, o professor de Educação Física.

⁵⁶ Brasil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil...

⁵⁷ Andre Mello et al., Representações sociais sobre a Educação Física na Educação Infantil (Maringá, 2012).

⁵⁸ Marcia Simão, Educação Física na Educação Infantil: refletindo sobre a “hora da Educação Física” (Porto Alegre, 2005).

⁵⁹ Debora Sayão, Educação Física na Pré-escola: da especialização disciplinar à possibilidade de trabalho pedagógico integrado (Dissertação de Mestrado, Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996).

Perfil profissional e a percepção dos professores sobre os documentos DCNEI, PNEI, BCNC, RCNEI

No município de Caém-Bahia temos 24 docentes que atuam na educação pública infantil na rede municipal. Nossa amostra para a entrevista foi de 8 sujeitos docentes que representam 33% do total.

Em relação a formação acadêmica dos professores pesquisados identificamos os seguintes dados:

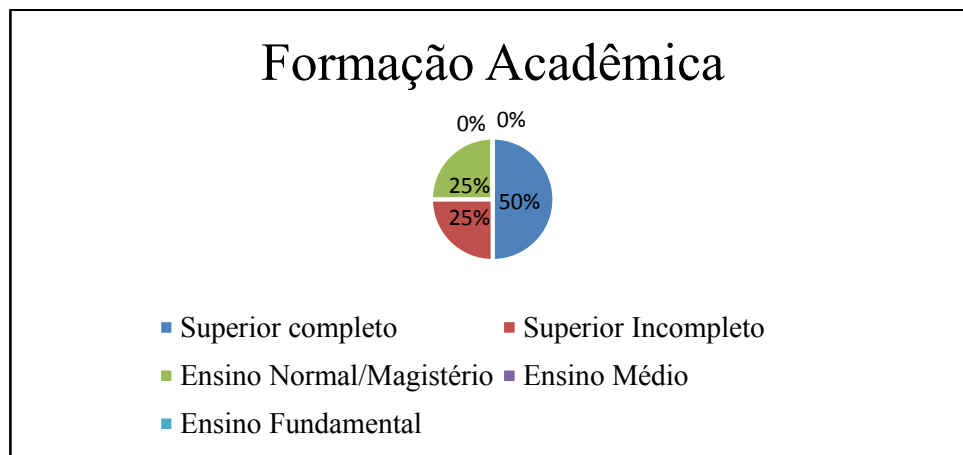


Gráfico 1
Distribuição da Formação Acadêmica dos professores investigados
Fonte: Elaboração própria, 2016

Comparando com os dados do site CultivEduca⁶⁰ que possui informações sobre o perfil dos docentes por município, percebemos que da nossa amostra de entrevistados 50% dos docentes possui nível superior completo. Já o universo da amostra aponta que somente 29,2% possuem o nível superior completo.

Sobre a pós-graduação nenhum dos professores responderam.

Em relação a formação continuada somente uma professora respondeu apontando que realiza uma formação em Proletramento. Este dado está condizente com os dados do site CultivEduca⁶¹ que apresenta apenas um docente com formação continuada no município, estes dados são pertinentes para que se possa refletir sobre a formação continuada de professores.

Sobre o tempo de docência na Educação Infantil apenas uma professora declarou que trabalha com esta etapa há três anos, as demais não responderam.

Referente ao sexo, a amostra é composta por docentes do sexo feminino, segundo declaração das mesmas.

Em relação a cor/raça dos docentes entrevistados, temos os seguintes dados de acordo com o Gráfico 2.

⁶⁰ Cultiveduc, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016).

⁶¹ Cultiveduc, Universidade Federal do Rio Grande do Sul...

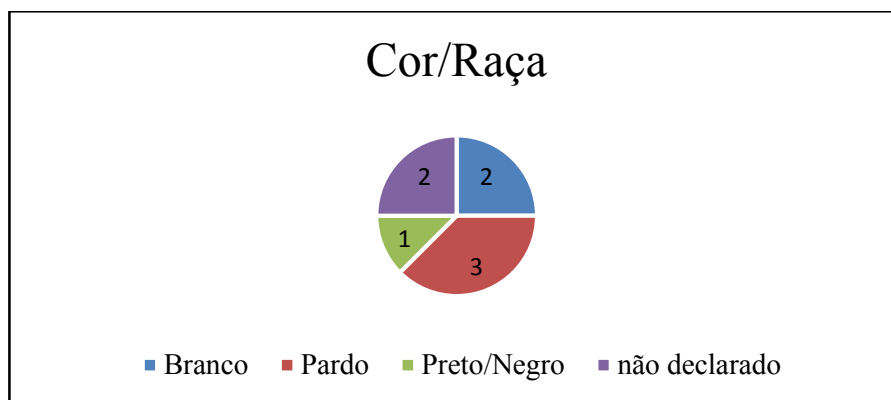


Gráfico 2
Distribuição dos sujeitos docentes quanto a cor/raça
Fonte: Elaboração própria, 2016

Verificamos que, assim como os dados do site CultivEduca⁶² apresentam, a maioria dos docentes declararam-se pardos (3) seguindo de (2) não declarados, (2) Brancos e (2) Preto/Negro. Portanto, não houve declaração de sujeitos indígenas.

Quanto ao local de atuação os sujeitos docentes estão divididos em: 50% (equivalente a 4) que atuam na zona urbana e 50% (equivalente a 4) que atuam na zona rural.

Os dados gerais dos docentes do município do site CultivEduca⁶³ apresentam que a maioria dos docentes atuam na zona rural, representando 66,7% do total de 24 professores da rede municipal de ensino.

No nosso trabalho optamos por escolher a metade dos professores da zona urbana e a metade da zona rural somente a fim de verificar se existe alguma diferença no trabalho educativo por zona de atuação.

Analisaremos a seguir o conhecimento dos docentes em relação aos documentos legais que são importantes para a Educação Infantil.

Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil os professores responderam que:

⁶² Cultiveduc, Universidade Federal do Rio Grande do Sul...

⁶³ Cultiveduc, Universidade Federal do Rio Grande do Sul..

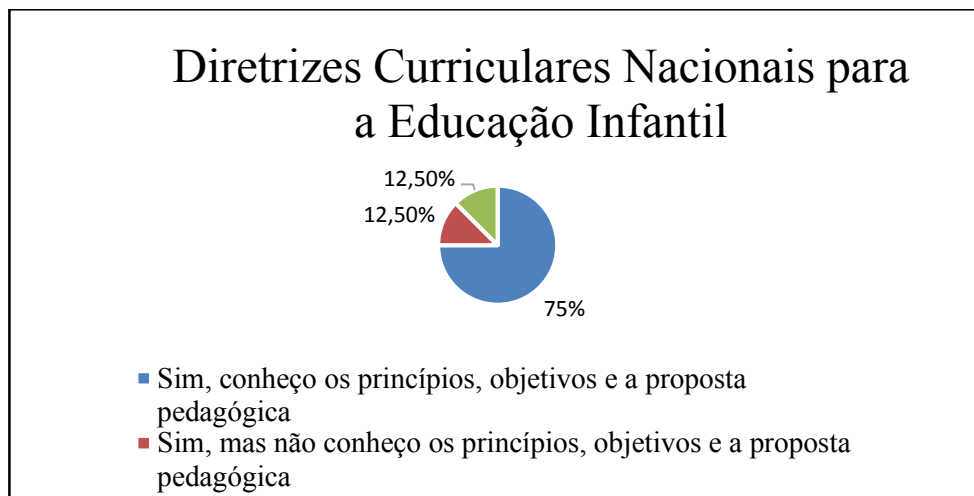


Gráfico 3

Percepção dos docentes quanto ao conhecimento das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil

Fonte: Elaboração própria, 2016

Observamos que a maioria das professoras conhecem o documento, esta informação é relevante para termos noção de como os professores utilizam as Diretrizes já que as mesmas tem caráter “mandatório” para orientar o trabalho educativo.

Sobre a Base Nacional Curricular Comum as docentes informaram que:

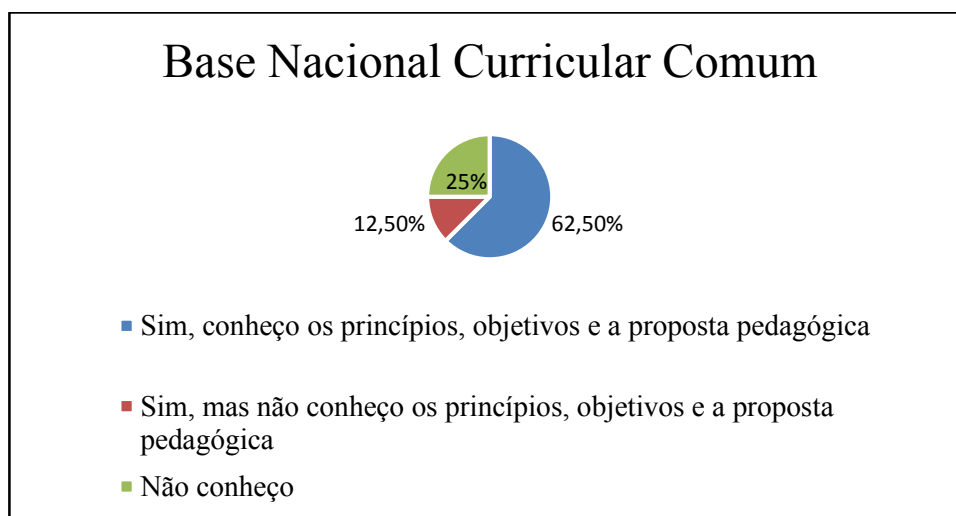


Gráfico 4

Percepção dos docentes quanto ao conhecimento da Base Nacional Curricular Comum

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Conhecer a BNCC⁶⁴ é fundamental para analisar o futuro da qualidade da Educação de forma geral e especificamente da Educação Infantil para os docentes que trabalham nesta etapa, pois como reza a LDB 9394/96 a educação básica deve ter base curricular comum. Dessa forma percebemos que a maioria dos professores, cerca de 75% conhecem a BNCC. Em relação ao conhecimento sobre o documento Política Nacional de Educação Infantil, pertinente para o avanço na história da Educação Infantil, observamos o seguinte:

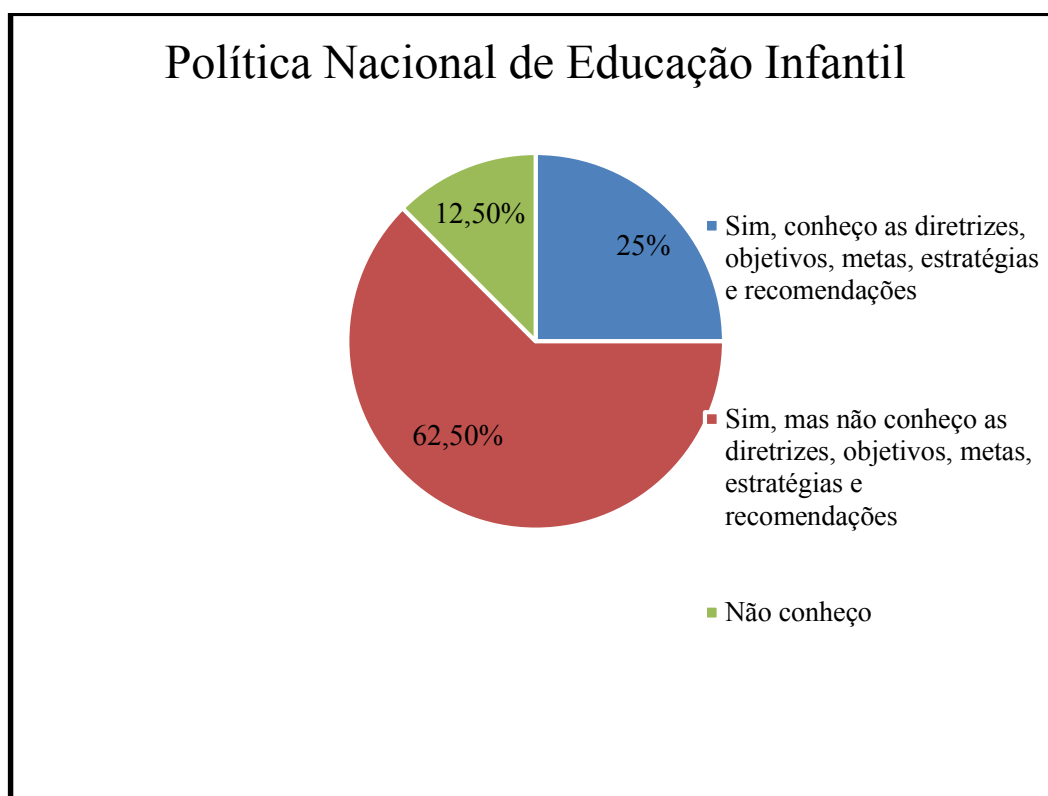


Gráfico 5

Percepção dos docentes quanto ao conhecimento do documento Política Nacional de Educação Infantil

Fonte: Elaboração própria, 2016

Sobre este documento, um dos primordiais para o avanço na qualidade da Educação Infantil, observamos que poucos professores o conhecem de forma mais aprofundada.

Em relação ao conhecimento sobre o Plano Nacional de Educação (2014-2024) os docentes pontuaram que:

⁶⁴ Brasil, Base Nacional Comum Curricular...

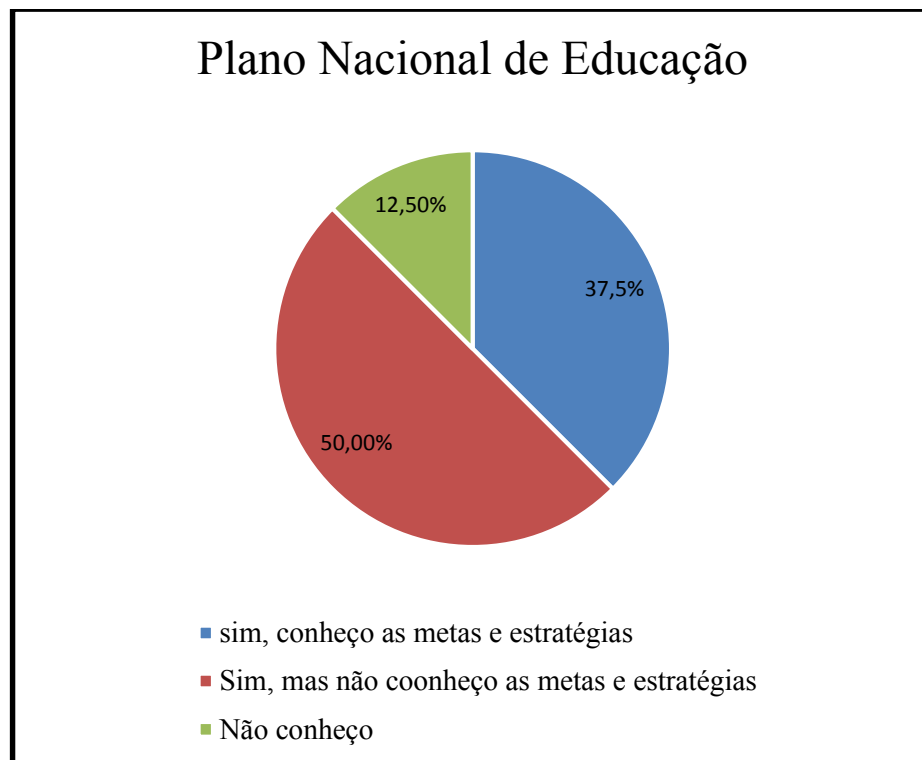


Gráfico 6
Percepção dos docentes quanto ao conhecimento sobre
o Plano Nacional de Educação
Fonte: Elaboração própria, 2016

Considerando que o Plano Nacional de Educação foi um documento elaborado em conjunto com os professores, ponderamos que uma grande maioria deles deveria ter conhecimento aprofundado sobre o mesmo.

Sobre o Referencial Curricular para a Educação Infantil, documento essencial para guiar a reflexão acerca do trabalho educativo com a Educação Infantil as professoras responderam que:

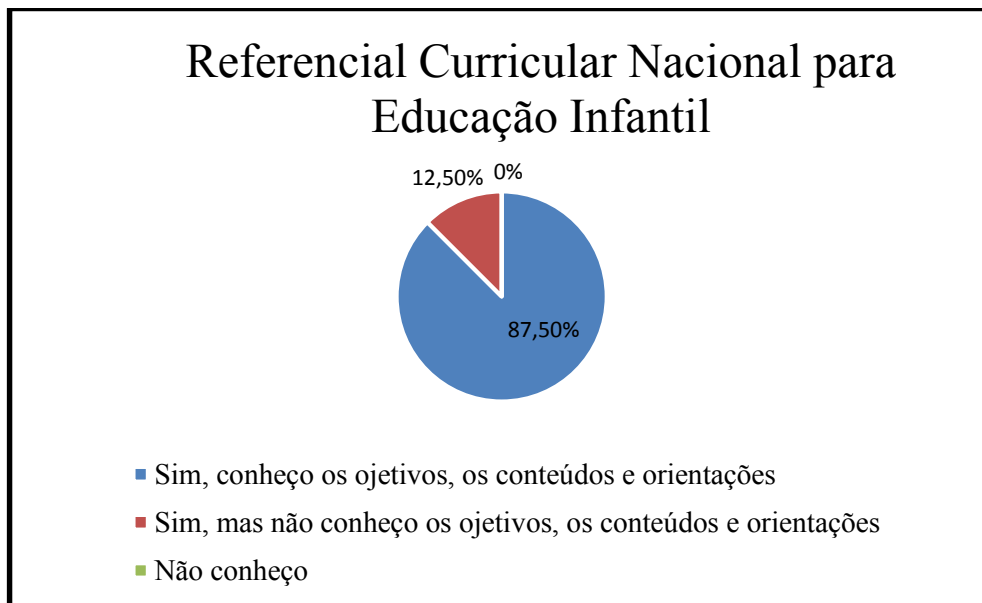


Gráfico 7

Compreensão dos docentes quanto ao conhecimento sobre o Referencial Curricular para a Educação Infantil

Fonte: Elaboração própria, 2016

Percebemos que este documento, a grande maioria das professoras conhecem, informação relevante para verificar se os profissionais desta etapa compreendem a importância do mesmo para o seu trabalho com as crianças e como trabalham com o Eixo Movimento.

Em relação ao conhecimento do Eixo Movimento, objeto de conhecimento presente no volume 3 do Referencial Curricular para a Educação Infantil, as docentes colocaram que:

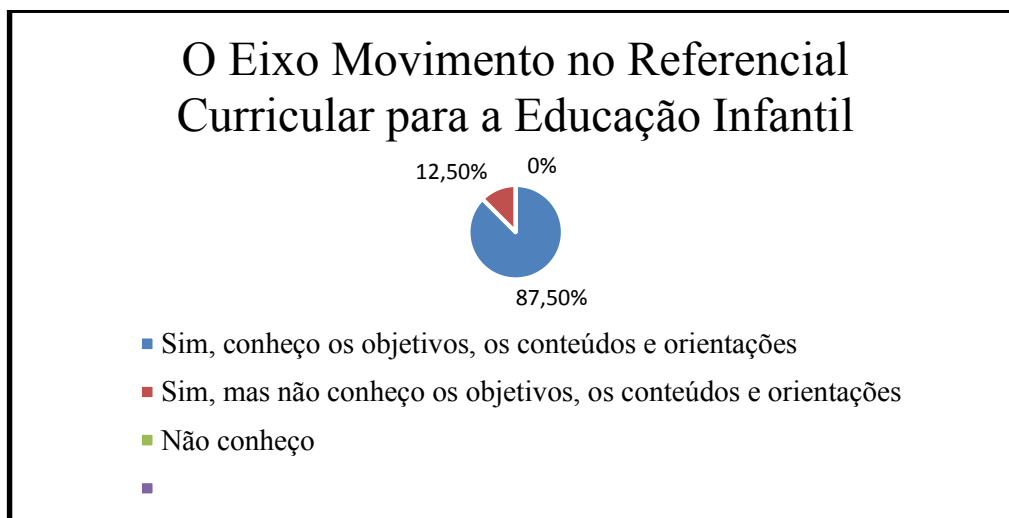


Gráfico 8

Compreensão dos docentes quanto ao conhecimento sobre o Eixo Movimento presente no Referencial Curricular para a Educação Infantil

Fonte: Elaboração própria, 2016

Analisando a percepção dos docentes referente ao conhecimento sobre o Eixo Movimento, a quantidade que tem conhecimento sobre o mesmo é bastante significativa. Consideramos que é fundamental que profissionais desta etapa da educação conheçam de forma aprofundada cada um dos objetos de conhecimento para que possam trabalhar com os mesmos como orienta o RCNEI, considerando este, um ponto de partida para desenvolver seu trabalho e que lhe sirva de guia para orientação.

Nos questionamentos anteriores analisamos o perfil profissional e a percepção dos professores em relação a base legal da Educação Infantil, sobre o perfil vimos que da nossa amostra que representa 33% dos professores de Educação Infantil do município a metade possui formação em nível superior, toda a amostra é do sexo feminino e a maioria se declarou sendo da cor parda. Referente ao conhecimento sobre os documentos que formam a base legal da Educação Infantil observamos que a maioria das docentes tem conhecimento sobre todos, embora algumas delas conheçam seus conteúdos de forma superficial é importante conhecê-los para se ter uma base das orientações para trabalhar com esta etapa da educação.

A seguir analisaremos a opinião das docentes sobre os documentos e na sequência partiremos para a análise das respostas referente a prática pedagógica das docentes entrevistadas.

Ainda sobre os documentos legais que orientam a Educação Infantil, quando questionadas sobre a opinião em relação a estes documentos as docentes responderam que:

Muito importante, pois ajudam as crianças a se desenvolverem, se interessando pelas aulas diárias. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 1).

Deveriam ser mais exploradas pelo corpo administrativo juntamente com o docente tirando todas as dúvidas que às vezes não são somadas por falta de espaço de tempo do docente não se tem esse momento de estudo. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 2).

Assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado com as crianças. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 3).

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica. De acordo com as legislações que regem as questões educativas para essa fase da vida, todas as crianças, a partir dos quatro anos de idade, devem ter seus espaços garantidos em instituições especializadas. Por isso é imprescindível a instituição de diretrizes que organizem objetivos, metas, propostas pedagógicas específicas para as crianças dessa idade. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 4).

É muito importante, pois orienta o trabalho do professor dando assim um norteamento na educação infantil. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 5).

Importante, pois orientam e regulamentam o trabalho na educação infantil. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 6).

Acho de suma importância, pois como a própria questão afirma, serve para orientar o trabalho do professor. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 7).

Acho bom, pois além de nos informar sobre leis, regulamentam a nossa profissão. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 8).

A partir das colocações das docentes percebemos que estas consideram que os documentos legais da Educação Infantil, são importantes para orientar o trabalho educativo embora não sejam acessados com frequência.

Quando questionadas sobre a maneira como estes documentos são abordados na escola e com qual frequência são abordados as docentes responderam que:

Em exercícios orais, corporais, conversas músicas, brincadeiras e mímicas, sempre. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 1).

Apenas em encontros de capacitação ou jornadas pedagógicas. Mas falta um estudo aprofundado destes documentos até por segurança profissional. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 2).

Apesar de serem tão importantes esses documentos legais não são muito abordados na escola em que trabalho. Quando algum professor precisa tirar alguma dúvida, ele mesmo estuda esses documentos. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 4).

Através de reuniões e estudos em grupos com bastante frequência. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 5).

Através de reuniões, divisões, de grupo para estudo, relatórios e é lançado com frequência. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 6).

Esses documentos são abordados em grupos de professores, juntamente com coordenadores, apenas uma ou duas vezes ao ano. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 7).

Através de estudos sobre o mesmo, só que não é com muita frequência. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 8).

Partindo principalmente da resposta da Docente 2, percebemos que a escola não aborda de forma aprofundada a discussão da base legal da Educação Infantil, tendo em vista a importância do conhecimento que estes textos apresentam para o trabalho educativo com as crianças de até cinco anos de idade. A maioria das professoras responderam que é em reuniões em grupo que estas discussões acontecem, porém, como citado anteriormente, não com muita frequência. A Docente 3, não respondeu a este questionamento justificando que desconhece o documento porque tem pouco tempo de docência nesta etapa da educação.

Quando questionadas sobre como o RCNEI, especificamente, é abordado na escola as docentes responderam que:

No planejamento de todas as atividades serve como suporte para o planejar o fazer diário do professor. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 2).

Como já falei anteriormente esses documentos não são tão abordado na escola, o mesmo ocorre com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 4).

O Referencial Curricular Nacional é abordado através de estudos dirigidos e teóricos os quais hoje podemos perceber os benefícios de se ter um trabalho voltado ao RCNEI. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 5).

O RCNEI foi abordado através de estudos teóricos, hoje já podemos elencar atividades mostradas e dirigidas por eles. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 6).

É abordado uma vez ao ano na jornada pedagógica e fica a disposição na escola para o professor que quiser ler. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 7).

Sim com frequência pois os Eixos que compõem a proposta curricular realizava na escola são retiradas do RCNEI. (ENTREVISTA COM A DOCENTE 8).

Dentre os documentos que formam a base legal da Educação Infantil o RCNEI é o que trata das orientações para o trabalho pedagógico, muito importante para auxiliar no trabalho com as crianças de até cinco anos de idade. Ao analisar as respostas, observa-se que cada professora faz uma ponderação diferente em relação a maneira como o documento é abordado, as Docentes 1 e 3, por exemplo, pontuaram que desconhecem o documento, o que nos leva a perceber que a abordagem do documento se dá de forma isolada por escola, não há um consenso entre as escolas do município quanto ao trato com o RCNEI.

Diante do exposto, observamos que as docentes compreendem a importância que a base legal da Educação Infantil tem para auxiliar no trabalho educativo, e que segundo elas, estes documentos precisam ser mais acessados e discutidos pelos profissionais desta etapa da educação para garantir a qualidade da Educação Infantil.

Considerações finais

O presente estudo partiu da necessidade de refletir sobre a percepção dos docentes quanto aos documentos referentes a Política Nacional de educação Infantil e também ao eixo movimento. Através da análise de conteúdo, obtivemos as respostas para estes questionamentos aplicado para oito (8) docentes da zona urbana e rural das escolas de Educação Infantil do município de Caém-BA.

Dessa forma, por meio deste caminho investigativo, também conseguimos alcançar nossos objetivos, tendo em vista que foi possível de maneira geral compreender a percepção dos docentes sobre a Política Nacional de Educação Infantil.

Portanto, os resultados alcançados foram os seguintes:

Os docentes entrevistados não são graduadas na área da Educação Física, mas a maioria possui nível superior completo, uma parte possui o nível superior incompleto e o restante apenas o nível médio/magistério. Através desta investigação identificamos que não são os professores de Educação Física que estão tratando o Eixo Movimento nas escolas de Educação Infantil do município de Caém, pois nenhuma das professoras da amostra é licenciada na área e de acordo os dado apresentados no gráfico 3 em relação as disciplinas, estas são polivalentes. Sendo assim, não existe um professor específico para cada Eixo.

Sobre os documentos legais que orientam a Educação Infantil, quando questionadas sobre seu conhecimento em relação aos mesmos as professoras apontaram que os conhecem, algumas de forma aprofundada e outros de forma superficial. Expuseram também que são muito importantes pois dão orientação de como deve ser o trabalho educativo na Educação Infantil e que deveriam ser abordados na escola com mais frequência, considerando que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica que visa garantir o acesso à educação para as crianças em instituições especializadas, e merece uma atenção maior, por ser a base da Educação.

O documento que as docentes tem um conhecimento mais aprofundado é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, pois, este é o mais acessado nos planejamentos das atividades, uma vez que, serve como guia para auxiliar o trabalho educativo. Todavia, mesmo tendo conhecimento sobre o conteúdo do documento, percebe-se por meio dos exemplos de aulas que foram dados pelas mesmas as professoras não conseguem, colocar em prática as orientações como elas são apresentadas, deixando a desejar no que se refere a atividades para trabalhar os conteúdos da cultura corporal, trabalhando com estes de forma superficial.

Com isto, consideramos que é necessário que os profissionais que trabalham com a Educação Infantil se apropriem de forma aprofundada do RCNEI, para saber discernir a proposta do documento daquilo que a Educação Física coloca como objeto de conhecimento segundo a abordagem Crítico Superadora, que é a cultura corporal. Para tal, ponderamos que o profissional mais indicado a atuar com esse Eixo apresentado pelo RCNEI é o professor de Educação Física, tendo em vista sua formação acadêmica apropriada para atuar com estes conteúdos.

Sobre a maneira como o Eixo Movimento vem sendo sistematizado e materializado nas escolas de Educação Infantil do município de Caém-BA, apontamos que em relação ao que o RCNEI apresenta, há uma limitação na compreensão dos seus objetivos por parte dos professores, haja vista as respostas são superficiais e não abrangem o que o documento orienta de forma geral, levando em consideração que as professoras não abordam todos os conteúdos da cultura corporal em suas aulas e não há um momento de reflexão acerca do que se quer alcançar.

Sendo assim, considerando toda a análise feita por meio das respostas, percebemos que os docentes conhecem os documentos legais, que conhecem o principal documento elaborado para orientar para o trabalho educativo, o RCNEI, mas de forma ainda muito superficial. Observamos que os docentes não tem conhecimento suficiente para trabalhar com os conteúdos que o RCNEI apresenta: “Expressividade”, “Equilíbrio e Coordenação”, pois em suas respostas percebemos as limitações no desenvolvimento de atividades que garantam o saber sistematizado.

Compreendemos que nosso estudo possui algumas limitações, não encontramos nas bases de dados trabalhos de relatos de experiência que servissem de referência para analisar o trabalho educativo com o Eixo Movimento para que pudéssemos fazer uma comparação de experiências que foram desenvolvidas com as respostas apontadas pelas docentes, e assim verificarmos se estas experiências forma desenvolvidas por professores de Educação Física, uma vez que, entendemos que somente este profissional pode tratar este Eixo na Educação Infantil, pois sua formação é específica para trabalhar com estes conteúdos, já os demais cursos, não possuem esta formação. Dessa forma, pontuamos que

o trabalho precisa de um maior número de referências que tratem do trabalho educativo com o Eixo Movimento.

Consideramos também que seja necessário estudos futuros que comprovem a veracidade das respostas apresentadas por meio da observação direta das aulas referentes ao Eixo Movimento na Educação Infantil, para que se possa comprovar de fato se o que as docentes expuseram condizem com suas práticas.

Referências

Ariès, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Brasil. Base Nacional Comum Curricular – Documento Preliminar. MEC. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomumcurricular.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 04 de Abril, 2016.

Brasil. Constituição Federal de 1988. Brasília: 1988.

Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2010.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. Brasília, 1996.

Brasil. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília. 2014.

Brasil. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

Brasil. Referencial Curricular Nacional para a educação infantil/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Coletivo de Autores. Metodologias do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 2009.

CULTIVEDUC. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Formação Continuada de Professores. Marie Jane Soares Carvalho; Breno Neves; Rafaela Melo. CultivEduca - valorizar o educador faz toda a diferença. BR nº 512014001340-5, 07 nov. 2014. Disponível em: <<http://cultiveduca.ufrgs.br/pg.index.html>>. Acesso em: 04 Abril. 2016

Demo, P. Introdução à metodologia da ciência. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

Gil. A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira/INEP. Censo Escolar 2014. Disponível em: <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>>. Acesso em: 01 de Janeiro de 2016.

Kishimoto, T. M. A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940). São Paulo: Edições Loyola: 1988.

A política educacional, Educação Física e educação infantil: o que pensam os docentes das escolas públicas de educação... pág. 98

Lombardi, J. C. Notas sobre a educação da infância numa perspectiva marxista. In: Marsiglia, A. C. G (Org.). *Infância e pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Marconi. M. A. y Lakatos, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Marsiglia, A. C. *A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental*. Campinas: Autores Associados, 2014.

Mello. A. S. et al. Representações sociais sobre a Educação Física na Educação Infantil. *Revista da Educação Física/UEM*, v. 23, n. 3, p. 443-455, 3. trim. 2012.

Minayo. M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Pascoal. J. D. y Machado. M. C. G. *A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos, e Desafios desta Modalidade Educacional*. 2009. Campinas, UEM, 2009.

Pasqualini, J. C. *Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva histórico-cultural: um estudo a partir da prática do professor*. 2010. 268f. Tese 125 (Doutorado em Educação Escolar) – Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.

Saviani, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas, SP: Autores associados, 2008.

Sayão. D. T. *Educação Física na Pré-escola: da especialização disciplinar à possibilidade de trabalho pedagógico integrado*. Dissertação (Mestrado em Educação). Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

Silveira, J. *Reflexões sobre a presença da educação física na primeira etapa da educação básica*. Motrivivência, Santa Catarina, 2015.

Simão. M. B. *Educação Física na Educação Infantil: refletindo sobre a “hora da Educação Física”*. Motrivivência. Ano 17, Nº 25, P. 163-172. Dez./2005.

Triviños, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2011.

Para Citar este Artículo:

Ramos, Michael Daian Pacheco y Lacerda, Gleiciane da Silva. A política educacional, Educação Física e educação infantil: o que pensam os docentes das escolas públicas de educação infantil do Município de Caém-Bahia. *Rev. ODEP*. Vol. 2. Num. 4. Octubre-Diciembre (2016), ISSN 0719-5729, pp. 73-98.

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista Observatorio del Deporte ODEP**.

La reproducción parcial y/o total de este artículo debe hacerse con permiso de **Revista Observatorio del Deporte ODEP**.